

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CEUB
Núcleo de Educação a Distância (NEAD)

THIAGO FERNANDO MAYER MACHADO

**O LEGADO DOS JESUÍTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Encontros e
Desencontros**

Brasília
2025

THIAGO FERNANDO MAYER MACHADO

**O LEGADO DOS JESUÍTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Encontros e
Desencontros**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para obtenção do grau de Licenciada
em História, do Centro Universitário de
Brasília.

Orientadora: Dra. Daniela Barros Pontes E
Silva

Brasília

2025

THIAGO FERNANDO MAYER MACHADO

**O LEGADO DOS JESUÍTAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Encontros e
Desencontros**

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito para obtenção do grau de Licenciada
em História, do Centro Universitário de
Brasília.

BRASÍLIA, 01 DE DEZEMBRO DE 2025

BANCA EXAMINADORA

Dra. Daniela Barros Pontes e Silva - Orientadora / UniCEUB

Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florêncio - UniCEUB

Msc. Edson Violim Júnior - UniCEUB

RESUMO: Este artigo busca investigar o legado pedagógico da Companhia de Jesus na educação brasileira, analisando como o *Ratio Studiorum*, matriz de ensino rigorosa e moralista, estabeleceu suas estruturas e se elas persistem na contemporaneidade. Utilizando pesquisa bibliográfica e análise documental da LDB/96 e da BNCC/2018, demonstramos que os princípios jesuíticos reverberam em três eixos: 1) A busca por Padronização Curricular, recorda em certa medida o modelo do *Ratio*; 2) A Formação Moral e de Valores na escola; e 3) A tensão sobre o Ensino Religioso, reflexo da primazia histórica da fé. Conclui-se que a compreensão deste legado colonial é essencial para a análise crítica das contradições e desafios da legislação educacional atual, na busca por um sistema universal e plural.

Palavras-chave: educação jesuítica; *ratio studiorum*; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 ORIGENS DO RATIO STUDIORUM	8
3 CHEGADA DOS JESUÍTAS NO BRASIL	10
4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	11
5 EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O LEGADO JESUÍTICO	12
6 CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS	15

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do ensino no Brasil se assemelha a uma tapeçaria, tecida com fios de diferentes influências, mas as primeiras ações pedagógicas representam ações mais fortes e duradouras. A educação, no país, foi inaugurada por um projeto pedagógico que estava intimamente ligado a uma missão religiosa. A iniciativa da Companhia de Jesus, que, chega ao território do Brasil Colônia em 1549, não se dedicou apenas a catequese, mas também estabeleceu as bases de um sistema de ensino que viria a ser o alicerce da formação das elites e a dominação cultural dos povos indígenas.

Este artigo tem o objetivo de examinar a duração desse legado. A ideia principal é que a educação, em sua essência, não é imparcial, mas um campo de conflito e de transmissão de valores, crenças e conhecimento. A análise proposta não se limita a um resgate do passado, mas busca entender de que forma as características fundamentais da pedagogia jesuítica, sua moral e sua estrutura intelectual, continuam a se relacionar com os desafios e as propostas da educação brasileira contemporânea.

A relevância desta pesquisa se encontra na busca em estabelecer pontes entre o colonial e o atual. Ao examinar as permanências e as rupturas dos paradigmas educacionais, podemos entender as origens dos problemas que persistem na nossa educação. O debate sobre a laicidade do Estado, o papel da formação de valores e a padronização curricular, por exemplo, não são questões modernas, mas refletem tensões que apontam para o início de nossa história educacional.

Assim sendo, a principal questão que guia este artigo é: de que maneira os princípios pedagógicos e a união entre fé e conhecimento, herança da educação jesuítica no Brasil Colônia, ainda se manifestam ou geram debates no sistema educacional brasileiro contemporâneo, especialmente na formação de valores das instituições de ensino? Para responder a esse problema, pesquisou-se tanto em registros históricos, quanto na análise da legislação educacional vigente.

A atuação dos jesuítas no Brasil representou a aplicação de um projeto de evangelização global, uma resposta estratégica da Igreja Católica à Reforma Protestante. A Companhia de Jesus, com sua disciplina e organização militar, percebeu na educação a ferramenta mais eficaz para a salvação das almas e a reconquista de fiéis. Seus membros não foram apenas missionários, mas os primeiros professores em um sentido formal, com um plano de estudos bem definido.

A obra "História da Companhia de Jesus no Brasil", do pe. Serafim Leite, serve como um guia histórico para este percurso. Através dela, entendemos a profundidade e o alcance da ação jesuítica, que, ao fundar colégios e seminários, estabeleceu uma rede de ensino que, por mais de dois séculos, foi a principal e, em muitos casos, a única, fonte de educação formal disponível na colônia (Leite, 2004).

A base dessa pedagogia era o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, conhecido apenas como *Ratio Studiorum*, um plano de estudos detalhado que organizava o currículo e a metodologia que seria aplicada no mundo todo. Ele unia o saber humanista à disciplina da fé. O objetivo era formar pessoas tanto intelectual, quanto moralmente, para que servissem a Deus e à Igreja, tendo pleno conhecimento das ciências e das artes, mas sempre buscando a salvação das almas.

Nesse sentido, a educação jesuítica equilibrava duas vertentes: a formação intelectual e a formação da fé. Disciplinas como gramática, retórica, filosofia e ciências eram ensinadas, mas serviam como instrumento para o conhecimento de Deus. O domínio da linguagem e do raciocínio era valorizado não por si mesmo, mas como um meio de melhor defender a doutrina católica e converter as pessoas pagãs.

A aplicação desse modelo aos povos originários brasileiros revela um aspecto mais complexo de sua atuação. O projeto jesuítico visava cristianizar suas culturas e visões. O aprendizado da língua e das profissões servia como um instrumento dessa assimilação.

Essa abordagem é alvo de críticas na historiografia mais recente. Shigunov Neto e Lizete Maciel, apontam, em seu artigo, para a contradição desse processo. A educação dos indígenas era, em sua essência, um projeto de civilização, que priorizava valores e conhecimentos europeus em detrimento das tradições locais. (Shigunov Neto; Maciel, 2008).

Dermeval Saviani, em sua obra, oferece uma leitura crítica da época, classificando a pedagogia jesuítica como uma manifestação da pedagogia tradicional, que se alinhava aos interesses da colonização. Segundo o autor, essa pedagogia era uma forma de organizar o conhecimento e a moral em benefício do projeto de colonização e catequese, servindo a um modelo social hierárquico e autoritário (Saviani, 2019).

A influência dos jesuítas não desapareceu com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, mas, ao contrário, sua saída expôs a necessidade da colônia sem a sua estrutura educacional. O vácuo deixado demonstrava o quão

forte era o modelo jesuítico na sociedade brasileira. A educação, por muito tempo, continuou seguindo seus princípios e métodos, mesmo com uma nova gestão.

Essa tradição prolongada é o que nos permite traçar paralelos com o presente. A ideia de que a educação precisa desenvolver o indivíduo de forma integral – unindo razão e moral – continua a ser um objetivo pedagógico, mas em um contexto de diversidade e laicidade. O conflito entre o ensino de uma moral universal e a pluralidade de valores e crenças na sociedade brasileira é um reflexo desse passado.

No Brasil contemporâneo, a educação é regulamentada por um conjunto de leis e diretrizes que buscam ampliar o acesso e garantir a qualidade do ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, é o marco legal que estabelece os princípios de nosso sistema educacional, partindo do princípio de que a educação é um direito de todos e um dever do Estado (Brasil, 1996).

A LDB, em sua essência, abandona o modelo único e centralizado, abrindo espaço para a flexibilidade curricular. No entanto, a implementação e regulamentação desta lei demanda empenho em uniformizar, com o objetivo de garantir a qualidade. É aqui que entra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018.

A BNCC foi criada com o objetivo de definir um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e competências essenciais que precisam ser construídos por todos os estudantes brasileiros (Brasil, 2018). Ela representa um progresso na tentativa de equiparar o ensino em um país de dimensões continentais e com imensas desigualdades.

A Base Nacional Comum Curricular, por sua vez, carrega um dos maiores debates da educação: o debate entre um currículo comum e a liberdade das escolas e redes de ensino. Enquanto alguns veem a BNCC como uma ferramenta para assegurar a qualidade e a equidade, outros a criticam por promover uma padronização excessiva capaz sufocar a pluralidade e as particularidades de cada região.

É nesse contexto que o legado jesuíta se torna relevante. A BNCC, ao tentar definir uma base comum de valores e competências, se assemelha, em certa medida, a busca jesuítica por um modelo de ensino global, mesmo que em contextos completamente diferentes. A LDB, ao mesmo tempo, busca um equilíbrio entre o alcance do direito à educação e a diversidade de abordagens.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao tratar do ensino religioso, busca conciliar a laicidade do Estado com a liberdade de crença, estabelecendo a obrigatoriedade da disponibilidade, mas tornando opcional a matrícula do aluno. Esse ponto, em particular, é um dos mais sensíveis e é onde a

tradição jesuítica é mais visível. A importância histórica da fé na educação brasileira ainda gera o debate sobre como e se a religião deve ser ensinada na escola pública.

Em suma, o olhar crítico da educação jesuítica nos ajuda a examinar as promessas e as limitações das políticas educacionais atuais. O artigo busca demonstrar que, ao compreendermos as origens históricas de nosso sistema educacional, podemos refletir melhor sobre as contradições e os desafios que a LDB e a BNCC encontram hoje, na busca por uma educação que seja, ao mesmo tempo, comum a todos, mas diversa e capaz de formar cidadãos críticos e conscientes.

2 ORIGENS DO RATIO STUDIORUM

O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, mundialmente conhecido como Ratio Studiorum, é mais do que um simples currículo; ele é, na verdade, um manual pedagógico que organizou a prática educacional da Companhia de Jesus em escala global por mais de duzentos anos. Sua importância histórica é enorme, pois representa o primeiro sistema de ensino planejado e padronizado universalmente (Souza, 2024).

Esse importante documento está intimamente ligado a um contexto conturbado do século XVI, definido pela Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica.

Fundada por Santo Inácio de Loyola em 1540, a Companhia de Jesus acolheu a missão de defender e espalhar a fé católica em um mundo dividido (Fávero; Lorenzon, 2024). Os jesuítas logo perceberam que apenas a pregação não resolveria; a educação era estratégica para formar tanto a mente quanto o caráter das pessoas (Lima *et al.*, 2021).

Os objetivos eram: salvar almas e preparar pessoas cultas o suficiente para defender a fé católica com argumentos. Inicialmente, cada colégio jesuíta trabalhava com certa autonomia, se baseando em experiências locais e adaptações individuais, mas sofriam por uma falta de padrão. Entretanto, graças a rápida disseminação da Ordem, e a criação de colégios em diferentes continentes, tornou a uniformização um imperativo.

Era fundamental garantir que um aluno do colégio de Roma recebesse a mesma qualidade de ensino que um aluno na Bahia, assegurando a eficácia da missão da Companhia. A criação do *Ratio* foi um processo cauteloso e ao mesmo tempo colaborativo, revelando a disciplina e a organização militar características da Ordem. A ideia era consolidar um manual que garantisse o alto nível de educação em todas as escolas.

A primeira versão, conhecida como a *Ratio Prática*, é de 1586, baseada em experiências pedagógicas de diferentes locais. Esse rascunho foi então distribuído a professores jesuítas em diversas províncias refinamento.

A partir de 1591, um grupo de jesuítas em Roma dedicou-se a revisar esses comentários. Esse trabalho originou a edição final do *Ratio Studiorum* em 1599, delimitando o padrão que seria aplicado para todos.

O *Ratio Studiorum* funciona como um código de normas educacionais. Ele não é um livro didático, mas um manual administrativo e curricular. Além de estabelecer a hierarquia dos cargos escolares, organiza o que ensinar e como ensinar.

A segunda revelando matérias eram divididas em duas grandes áreas com propósitos distintos, composta pelos Estudos Inferiores, que visavam a formação dos jovens leigos, futuros líderes da sociedade. Essa fase era um rigoroso ciclo humanista, que progrediu da Gramática (Latim e Grego) para as Humanidades e, finalmente, para a Retórica. A Retórica era o coroamento dos estudos, buscando formar oradores capazes de manejar a linguagem e o raciocínio para a defesa da fé (Franca, 2019).

A segunda área era a dos Estudos Superiores (Filosofia e Teologia), destinada prioritariamente à formação dos próprios membros da Companhia. A metodologia de ensino jesuítica baseava-se na repetição, na memorização e, sobretudo, na competição entre alunos. As aulas e os debates eram essenciais para desenvolver a oratória e o raciocínio (Vieira *et al.*, 2019).

Em resumo, o *Ratio Studiorum* era um sistema que preparava as pessoas de maneira integral: utilizando uma formação intelectual exigente, através do humanismo clássico, além de formação moral sólida, por meio da disciplina da fé, com a finalidade de servir aos propósitos da Companhia e da Igreja (Albuquerque Júnior *et al.*, 2024).

Além disso, a estrutura e a organização do ensino demonstram cuidado da Companhia em superar o ensino meramente religioso e aplicar também o saber humano. A ordem e o domínio sobre o intelecto eram o que garantia o entendimento correto da doutrina, evitando interpretações distorcidas que favorecessem ideias reformistas.

A precisa aplicação dessa metodologia gerou um impacto cultural duradouro, pois a valorização da Oratória e da Lógica não tinham fim em si, mas eram um meio de defesa da verdade da fé. O destaque no domínio da linguagem era uma arma intelectual preparada para atuar na Contrarreforma.

O sucesso mundial da Ordem Jesuíta na educação, movido pelo *Ratio Studiorum*, fortaleceu o entendimento de que a pedagogia poderia ser decisiva na

política e na religião, algo que seria percebido por outras monarquias europeias e ordens religiosas (Costa; Oliveira, 2015). Devido a formação bélica de seu fundador, a organização

militar dos jesuítas, aplicada a educação, transformou o ensino em uma força harmônica e influente.

A consistência da educação jesuítica era tão reconhecida que os colégios rapidamente se tornaram referências, atraindo a nobreza e a burguesia. O *Ratio Studiorum* garantia a uniformidade e a excelência em qualquer lugar, sendo um selo de prestígio para a Ordem, fator que seria utilizado de forma estratégica em sua expansão para as colônias, como o Brasil (Leite, 2004).

3 CHEGADA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

A chegada da Companhia de Jesus ao Brasil em 1549, integrando a comitiva do primeiro governador-geral Tomé de Sousa, não foi um evento casual, mas sim a implantação da estratégia e do planejamento do projeto educacional que foi detalhado pelo *Ratio Studiorum*. O papel dos jesuítas nas Colônias era o de braço pedagógico da Igreja Católica, no processo de Contrarreforma.

A Companhia tinha dois objetivos claros e interdependentes, no novo território. Em primeiro lugar, a missão era a catequese e a conversão dos povos indígenas, visando a sua inclusão na sociedade cristã. Em segundo lugar, era crucial a formação de uma elite colonial, garantindo que os filhos dos colonos portugueses fossem líderes cultos e, acima de tudo, católicos (Leite, 2004).

Para conseguir apoio e recursos necessários à missão indígena, a Companhia priorizou o estabelecimento de colégios nos centros urbanos. Locais como Salvador, Rio de Janeiro, e posteriormente São Paulo, tornaram-se os pilares de uma rede de ensino que se estabeleceria como a forma de educação da Colônia (Paiva, 2015).

A aplicação do *Ratio Studiorum* no Brasil se deu de forma adaptada, mantendo sempre a essência de rigor e disciplina. Nos colégios dos filhos dos colonos – o futuro da administração e da política local – o currículo seguia o padrão europeu, com Latim, Retórica e Humanidades.

O objetivo era preparar esses jovens para posteriormente ingressarem nas universidades europeias. A finalidade era a formação de oradores e intelectuais capazes de defender a Coroa e a Igreja no Novo Mundo (Franca, 2019).

As práticas educacionais eram marcadas pela disciplina e pela busca da excelência. A metodologia baseava-se na memorização, na repetição e na constante competição entre os alunos, utilizando práticas como as *Disputationes* para desenvolver o raciocínio e a oratória (Vieira *et al.*, 2019).

Entretanto, com os povos indígenas, a atuação se deu de forma diferente, nas Aldeias e Missões. Embora o princípio da formação estivesse presente, o ensino era mais elementar, focando na catequese, no aprendizado da língua portuguesa ou do Tupi e no ensino de ofícios manuais.

A aplicação da pedagogia jesuítica, aos povos indígenas, revela a complexidade do projeto. Se, por um lado, a Companhia buscava proteger os indígenas da escravidão, mediante a aceitação do aldeamento e da catequese, por outro, seu projeto visava a sobreposição das culturas e cosmologias originárias (Melo, 2017).

A educação dos indígenas era, em essência, um projeto de "civilização" com costumes e conhecimentos europeus, desvalorizando as tradições locais. Autores como Shigunov Neto e Maciel (2008) apontam a contradição relativa ao processo de assimilação cultural.

A importância da presença jesuítica foi profunda: a Companhia se tornou a única fonte de educação formal organizada no Brasil por mais de duzentos anos. Ela garantiu o letramento e cimentou a união entre a fé católica e a identidade nacional que estava em formação.

Entretanto, essa hegemonia gerou uma dependência estrutural. A Companhia de Jesus tornou-se uma instituição tão enraizada que, quando de sua expulsão pelo Marquês de Pombal, em 1759, o sistema educacional brasileiro ficou destruído.

O vazio deixado pela saída dos jesuítas foi a prova mais do quanto importante era o modelo do *Ratio Studiorum*. A Colônia Brasileira se viu, de repente, sem a sua principal rede de escolas, professores e organização pedagógica.

Esse legado estrutural, caracterizado pela disciplina, pelo rigor e pela moral religiosa, se faria sentir por muito tempo na história educacional brasileira.

4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A expulsão da Companhia de Jesus em 1759, por ordem do trono Português sob a influência do Marquês de Pombal, mudou a educação brasileira de forma radical. A saída dos jesuítas não significou apenas o fim de uma ordem religiosa, mas também de toda a estrutura educacional que existia a mais de dois séculos (Saviani, 2019).

O vácuo deixado mostrou de forma clara o quanto o Brasil dependia da rede de colégios, professores e da organização pedagógica do *Ratio Studiorum*. A Companhia era, em muitos casos, a única opção de educação formal disponível, e sua saída causou um colapso imediato no sistema.

Para substituir o modelo jesuítico, foi implementada a reforma pombalina, introduzindo as chamadas Aulas Régias. O objetivo era secularizar o ensino e adequá-lo aos ideais iluministas.

Entretanto, essa mudança não funcionou, se mostrou desorganizada e ineficaz. Onde antes havia um currículo integrado e uma metodologia unificada, surgiram matérias separadas (como Latim, Grego e Retórica), ensinadas por professores diferentes, sem a organização e a disciplina dos jesuítas (Saviani, 2019).

Mesmo se esforçando para quebrar a hegemonia jesuítica, a educação persistiu sendo elitista e de acesso restrito, focada na formação das classes dominantes.

Ainda que regida por com as novas regras, a metodologia jesuítica não sumiu. O ensino permaneceu focado nos mesmos hábitos que haviam se consolidado na cultura pedagógica do país.

No período imperial (1822–1889), a educação manteve essa dualidade estrutural. O ensino secundário — herdeiro direto dos estudos inferiores do *Ratio* — servia como um filtro social e intelectual para o acesso ao ensino superior.

Nessa época a formação desse período continuou a privilegiar as Humanidades e a Retórica, necessárias para a formação dos quadros políticos e jurídicos do Império, um reflexo do foco do *Ratio* na formação de oradores e defensores da ordem (Paiva, 2015).

A persistência de um ensino duro, moralista e seletivo demonstra que, mesmo sem o *Ratio* formal, a sua matriz pedagógica elitista e disciplinadora continuava a ser o paradigma dominante (Lima *et al.*, 2021).

A ascensão da República e a subsequente consolidação da Pedagogia Tradicional nos primeiros anos do século XX podem ser vistas como a versão secularizada do modelo jesuítico.

Conforme analisa Dermeval Saviani (2010), a Pedagogia Tradicional, com sua ênfase na transmissão de conteúdo, no papel central do professor como autoridade, e na formação moral, é a herdeira direta do modelo jesuítico de ensino, adaptada aos ideais cívicos e nacionais, mas mantendo a essência da disciplina e do rigor formal.

Então, embora o *Ratio Studiorum* como documento legal tenha sido abolido em 1759, seus princípios estruturais, como a organização e a seletividade do ensino, sobreviveram na Pedagogia Tradicional, marcando profundamente a educação brasileira até o século XX.

5 EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E O LEGADO JESUÍTICO

Mesmo com as profundas mudanças sociais e políticas que ocorreram no Brasil durante o século XX, a educação estabelecida pelos jesuítas não desapareceu, ela deixou traços estruturais que repercutem, tanto nos debates como nos documentos normativos.

Atualmente, a educação brasileira é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que proclama a educação como direito de todos e dever do Estado, rompendo com o modelo elitista do passado (Brasil, 1996).

A LDB, reafirma o Brasil como um Estado laico, estabelecendo a oferta do ensino das religiões nas escolas públicas de Ensino Fundamental, mesmo que o aluno não seja obrigado a fazer a disciplina. (Brasil, 1996).

Essa obrigação de ofertar o Ensino Religioso é um reflexo direto da precedência histórica da fé na formação brasileira, um legado da centralidade da doutrina católica que os jesuítas fortaleceram por mais de dois séculos (Paiva, 2015).

O Estado se vê, portanto, num dilema constitucional: como ser um país sem religião oficial, mas ao mesmo tempo seguir uma tradição de educação religiosa? A forma como o ensino religioso é feito na escola pública busca romper com o processo que nasceu no Brasil Colônia.

Outro ponto crucial do legado jesuítico é a busca pela padronização curricular, adaptada, em certa medida, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018.

A BNCC foi criada para definir um conjunto de "conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e competências" que devem ser aprendidos por todos os alunos. (Brasil, 2018).

Embora os objetivos sejam diferentes, pois a BNCC visa dar oportunidades iguais, e o *Ratio Studiorum* visava a disciplina e a doutrina, a forma de organização e a crença em um modelo pedagógico padronizado são muito semelhantes (Albuquerque Júnior *et al.*, 2024).

Além do currículo, o legado jesuítico se revela na ênfase dada à formação integral. A BNCC, por sua vez, não se limita à transmissão de conteúdo; mas também no desenvolvimento de competências que englobam a responsabilidade, o respeito e a formação de valores éticos.

Neste ponto, o ideal do *Ratio Studiorum* de formar um indivíduo intelectual e moralmente completo permanece. O que mudou é o que se entende por moral: a moral católica foi substituída pela ideia de formar cidadão crítico e ético (Saviani, 2019).

O debate contemporâneo sobre *quais* valores mais importantes e como a escola deve atuar na formação do caráter é, em sua essência, a mesma discussão que os jesuítas começaram sobre o objetivo da educação.

Portanto, o *Ratio Studiorum* e a influência da Companhia de Jesus compõem as bases da educação brasileira.

6 CONCLUSÃO

Este artigo buscou investigar a influência pedagógica da Companhia de Jesus, tentando mapear como o *Ratio Studiorum* ainda se manifesta na educação brasileira atual. A pesquisa confirmou a ideia de que a educação tem em seu foco não é um campo neutro, mas sim, na transferência de valores que remontam ao período colonial.

A pesquisa historiográfica mostrou que a chegada dos jesuítas em 1549, buscando tanto a conversão dos nativos, quanto a educação, estabeleceu a base do nosso sistema de ensino (Leite, 2004; Paiva, 2015). O *Ratio Studiorum*, com sua exigência humanista e sua metodologia focada na disciplina (Franca, 2019), se tornou hegemônico.

Ao analisar os acontecimentos históricos, percebe-se que, mesmo depois de sua expulsão em 1759, a lacuna deixada pela Companhia de Jesus não foi preenchida por um modelo novo. A abordagem pedagógica que surgiu posteriormente, batizada de Pedagogia Tradicional, manteve uma matriz elitista, moralista e seletiva, embora tenha retirado a aparência religiosa formal (Saviani, 2019).

O objetivo principal da pesquisa consiste em identificar os temas principais onde o legado da educação colonial se manifesta de forma clara na legislação e nas práticas educacionais contemporâneas.

O primeiro ponto encontrado é a persistência em padronizar o currículo. O desejo do *Ratio Studiorum* de estabelecer um modelo global se reflete formalmente na criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018.

Apesar de o objetivo da BNCC seja assegurar a igualdade de oportunidades e a garantia do direito à aprendizagem, e não a doutrinação ideológica, acreditar que um padrão de ensino funcione em um país com as dimensões do Brasil recorda a mentalidade do *Ratio* (Albuquerque Júnior *et al.*, 2024; Brasil, 2018). Essa busca por uniformidade ainda gera tensões entre o currículo geral e a liberdade das redes de ensino.

O segundo ponto é a importância e a discussão em torno da Formação Moral e dos Princípios. O *Ratio Studiorum* era um sistema elaborado para a formação completa do indivíduo (mente e caráter) guiado por uma moralidade católica.

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular mantém o desenvolvimento integral dos alunos, bem como promove as habilidades e os princípios morais. O debate, que já se estende por algum tempo, tem o objetivo de determinar quais valores devem ser transmitidos, uma vez que a escola é um ambiente diversificado e secular. A importância dada à formação moral é uma influência da educação jesuítica (Lima *et al.*, 2021).

O terceiro ponto é a tensão permanente sobre o Ensino Religioso no dentro de um Estado laico. A Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), procura conciliar o direito à laicidade com a obrigatoriedade da oferta do Ensino Religioso no Ensino Fundamental (Brasil, 1996).

Esse eixo mostra de forma direta a forte presença histórica da fé na educação brasileira, como um legado dos jesuítas (Paiva, 2015). A discussão sobre como e se a religião deve ser ensinada nas escolas públicas contrasta com a questão presente no Brasil Colônia, uma vez que este assunto era um ponto pacífico.

Em resumo, o legado jesuítico atua como uma matriz da educação brasileira. A disciplina metodológica, o rigor formalista e a centralidade moral não são coincidências, mas características que formaram a estrutura do nosso sistema de ensino.

O artigo buscou demonstrar que, ao entendermos as raízes históricas fixadas pela Companhia de Jesus, conseguimos analisar de maneira profunda as contradições e os desafios encontrados pela LDB e pela BNCC.

Portanto, analisar de forma crítica a educação jesuítica não é um mero exercício historiográfico; mas se mostra fundamental para refletir sobre os compromissos e as barreiras das políticas educacionais brasileiras na atualidade.

Para criar um futuro com mais diversidade e igualdade, identificar e debater as influências da hierarquia do poder e dos valores que são passados desde as origens de nossa educação.

A busca contínua por um ensino que abranja a todos e que ainda seja capaz de formar cidadãos críticos e conscientes exige a constante descolonização dos nossos modelos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Ailton Batista *et al.* Reverberações contemporâneas do método pedagógico Ratio Studiorum. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 21, n. 7, p. 1-15, jul. 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5345> Acesso em: 11 nov. 2025
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 nov. 2025
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025
- COSTA, Célio Juvenal; OLIVEIRA, Anderson dos Santos de. Educação jesuítica na América Portuguesa: a dispensa das leis positivas e a racionalidade mercantil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 53, n. 39, p. 218-241, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8528>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- FÁVERO, Altair Alberto; LORENZON, Mateus. Fundamentos antropológicos da pedagogia jesuítica na emergência do período moderno. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 119-129, out. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/69462>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- FERREIRA JÚNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 472-482, set./dez. 1999. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1308>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum**. São Paulo: Kíron, 2019. Disponível em: <https://doceru.com/doc/eee0xs>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: <http://www.edufrn.ufrn.br/handle/123456789/4117>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- LIMA, Jociene Araújo *et al.* A Educação Jesuítica. In: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de (orgs.). **Educação Contemporânea**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2021. V. 18, p. 93-102. Disponível em: https://www.academia.edu/124329077/A_Educa%C3%A7%C3%A3o_Jesu%C3%ADtica. Acesso em: 11 nov. 2025.
- MELO, Jéssica Cristine de. **Pedagogia jesuíta para educação dos nativos na América Portuguesa no século XVI: Nóbrega e Anchieta**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2017. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/930> Acesso em: 12 nov. 2025
- PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 201-222, out./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/4WccmHjrYWG4fKfDj8L87Gv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2025

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nsv1xx5c>. Acesso em 12 nov. 2025

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar Em Revista**, Curitiba, v. 24, n. 31, p. 169-189, dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12806>. Acesso em: 12 nov. 2025

SOUZA, Antonio Coelho de. Jesuítas, os fundadores da educação brasileira: histórico, método, ensino e contribuições. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1712–1730, fev. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10669>. Acesso em: 12 nov. 2025

VIEIRA, Andreza da Silva; OLIVEIRA, Natália Cristina de; CASTRO NETTO, David Antonio de. Religiosidade, educação jesuítica e as Casas de Bê-á-bá no Brasil colonial. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 13, n. 25, p. 35–54, out. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/9752>. Acesso em: 12 nov. 2025.